

Millenium, (ed espec nº5), 119-126.

pt

CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PERSPETIVA DOS AGENTES EDUCATIVOS
CITIZENSHIP AND GENDER EQUALITY IN CHILDREN AND ADOLESCENTS: THE PERSPECTIVE OF EDUCATION STAKEHOLDERS
CIUDADANÍA E IGUALDAD DE GÉNERO EN NIÑOS Y ADOLESCENTES: LA PERSPECTIVA DE LOS AGENTES EDUCATIVOS

António Madureira Dias¹
Madalena Cunha²
Adriana Oliveira³
Carolina Reis³
Inês Oliveira³
Leonardo Maltez³
Leonor Fernandes³
Mariana Nogueira³
Stefanie Osório³

¹ Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Saúde, UICISA:E, Viseu, Portugal

² Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Saúde, UICISA:E, SIGMA – Phi Xi Chapter, CIEC - UM, Viseu, Portugal

³ Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Saúde, Viseu, Portugal

António Madureira Dias - madureiradias@gmail.com | Madalena Cunha - iolmadalena2@gmail.com | Adriana Oliveira - adrianapintoo97@gmail.com |
Carolina Reis - carolreispfm@gmail.com | Inês Oliveira - innees96@gmail.com | Leonardo Maltez - maltez.leonardo@gmail.com |
Leonor Fernandes - leo.erbert@gmail.com | Mariana Nogueira - marianaluis11@hotmail.com | Stefanie Osório - stefanieosorio.97@hotmail.com



Autor Correspondente

António Madureira Dias
Escola Superior de Saúde de Viseu
R. D. João Crisostomo Gomes de Almeida, n.º 102
3500-843 Viseu - Portugal
madureiradias@gmail.com

RECEBIDO: 9 de março de 2019
ACEITE: 27 de fevereiro de 2020

RESUMO

Introdução: O direito à educação da criança/adolescente em relação à sua preparação para o desempenho da cidadania é um dos objetivos da educação inclusiva, que deve promover o respeito pela dignidade das crianças/adolescentes, apoiando-os de igual forma, independentemente do seu género.

Objetivos: Avaliar os conhecimentos dos agentes educativos sobre cidadania e igualdade de género em crianças e adolescentes.

Métodos: Estudo quantitativo, descritivo, transversal, realizado numa amostra não probabilística de conveniência, constituída por 136 participantes, professores (62,5%), enfermeiros (32,4%) e polícias (5,1%), com uma média de idades de 48,34 anos ($\pm 7,49$ anos), sendo 70,6% do género feminino. Foi utilizado o *questionário ad hoc*, Cidadania e Igualdade de Género em Crianças e Adolescentes (CIG-CA) de Cunha (2017), constituído por 2 escalas, uma referente à educação e linguagem inclusiva e outra aos conhecimentos sobre cidadania e igualdade de género, tendo em conta dois fatores: tarefas domésticas e cuidar dos filhos.

Resultados: Apurou-se que as percentagens mais elevadas correspondem aos participantes que referem ter conhecimento sobre cidadania e igualdade de género no que se refere à linguagem inclusiva (O Ser Humano 89,7% vs. O(A) Professor(a) 75,0%). Na globalidade, há uma prevalência de bons conhecimentos (40,4%), seguindo-se os razoáveis conhecimentos sobre cidadania e igualdade de género.

Conclusões: Os resultados permitiram reconhecer um foco de interesse para a intervenção da enfermagem no âmbito do *projecto MaiSaúdeMental*, e para a definição de estratégias para a promoção da cidadania das crianças / adolescentes no contexto escolar e comunitário, mobilizando os recursos dos agentes educativos para uma inclusão mais efetiva.

Palavras-chave: participação da comunidade; criança; adolescente; género

ABSTRACT

Introduction: The right to education for children / adolescents in relation to their preparation for the performance of citizenship is one of the objectives of inclusive education, which should promote respect for the dignity of children / adolescents, supporting them equally, regardless of their genre.

Objectives: To evaluate the knowledge of educational agents about citizenship and gender equality in children and adolescents.

Methods: A quantitative, descriptive, cross-sectional study was carried out in a non-probabilistic convenience sample, comprising 136 participants, teachers (62.5%), nurses (32.4%) and police (5.1%), and a mean age of 48.34 years (± 7.49 years), being mostly female (70.6%). The "*ad hoc*" questionnaire Citizenship and Gender Equality in Children and Adolescents (CIG-CA)" of Cunha (2017) was used, consisting of 2 scales, one referring to education and inclusive language and another to knowledge about citizenship and equality taking into account two factors: household chores and childcare

Results: The highest percentages were found to correspond to participants who reported having knowledge about citizenship and gender equality in terms of inclusive language (Human Being 89.7% vs. Professor 75.0%). Overall, there is a prevalence of good knowledge (40.4%), followed by moderate knowledge about citizenship and gender equality.

Conclusions: The results made it possible to recognize a focus of interest for the intervention of nursing within the *MaiSaúdeMental* project, and for the definition of strategies for the promotion of citizenship of children / adolescents in the school and community context, mobilizing the resources of educational agents for a more inclusive effective.

Keywords: community participation; child; adolescent; genre

RESUMEN

Introducción: El derecho a la educación de los niños / adolescentes en relación con su preparación para el desempeño de la ciudadanía es uno de los objetivos de la educación inclusiva, que debe promover el respeto por la dignidad de los niños / adolescentes, apoyándolos por igual, independientemente de su género.

Objetivos: Evaluar el conocimiento de los agentes educativos sobre ciudadanía e igualdad de género en niños y adolescentes.

Métodos: Estudio cuantitativo, descriptivo, transversal, realizado en una muestra de conveniencia no probabilística, con 136 participantes, docentes (62.5%), enfermeras (32.4%) y policías (5.1%), con una edad media 48,34 años ($\pm 7,49$ años), siendo el 70,6% mujeres.

Se utilizó el cuestionario ad hoc, Ciudadanía e igualdad de género en niños y adolescentes (CIG-CA) de Cunha (2017), que consta de 2 escalas, una que se refiere a la educación y el lenguaje inclusivo y la otra al conocimiento sobre ciudadanía e igualdad de género, teniendo en cuenta dos factores: tareas domésticas y cuidado de niños.

Resultados: Se encontró que los porcentajes más altos corresponden a participantes con conocimiento sobre ciudadanía e igualdad de género con respecto al lenguaje inclusivo (el ser humano 89.7% vs. el maestro 75.0%). En general, existe una prevalencia de buen conocimiento (40.4%), seguido de un conocimiento razonable sobre ciudadanía e igualdad de género.

Conclusiones: Los resultados permitieron reconocer un foco de interés para la intervención de enfermería dentro del *proyecto MaiSaúdeMental*, y para la definición de estrategias para la promoción de la ciudadanía de niños / adolescentes en el contexto escolar y comunitario, movilizandolos recursos de los agentes educativos para una inclusión más efectiva.

Palabras clave: participación comunitaria; niño; adolescente; género

INTRODUÇÃO

A diversidade de características dos homens e das mulheres assume importância na trajetória de cada pessoa ao longo do seu ciclo vital, estando em contínuo movimento, construindo-se em função de uma multiplicidade de fatores históricos e contextuais. Estas possibilidades de desenvolvimento e de aprendizagem têm sido, no entanto, historicamente restringidas, sempre com base na defesa de estereótipos, conducentes a desigualdades e a discriminações, penalizadoras em maior escala para o sexo feminino. (Vieira, Nogueira & Tavares, 2009)

A cidadania das crianças e adolescentes acontece e acompanha o decorrer das várias atividades quotidianas. Está presente nas suas atitudes em relação aos amigos, à família, aos professores, bem como nas ações recíprocas dos adultos para com eles. Ser cidadão durante a infância e a adolescência não significa unicamente obedecer às leis e ter os seus direitos respeitados, mas também preparar-se para exercer a cidadania no futuro, num sentido mais amplo. Deste modo, os princípios transmitidos pelos pais, professores e outros agentes educativos refletir-se-ão na formação da personalidade e nos comportamentos que as crianças/adolescentes têm quando adultos. Sem uma formação precoce ao nível da cidadania e de igualdade de gênero, estar-se-á a educar com base em estereótipos. O exercício da cidadania não depende somente dos atos do Estado para com cada cidadão, mas também daquilo que se faz no dia-a-dia para a realização dos projetos de vida. (Bucchianeri, Eisenberg, & Neumark-Sztainer, 2013).

O direito à educação da criança/adolescente em relação à sua preparação para o desempenho da cidadania é um dos objetivos da educação inclusiva, que deve promover o respeito pela diferença entre as crianças/adolescentes, apoiando-os de igual forma, independentemente do seu gênero. A formação dos agentes educativos é um elemento central para elevar a qualidade da educação inclusiva, numa perspectiva da implementação da igualdade de gênero. (Freitas, 2011). A conceção da educação no âmbito da cidadania requer que esta seja vista num processo dialético, contínuo, histórico, contextualizado, marcado por contradições e pela procura da superação dessas mesmas contradições. (Freitas, 2011). Assim compreendida, a educação inclusiva insere-se no cenário histórico dos direitos de cada cidadão, ou seja, dos direitos encarados como indicadores do progresso social e histórico, com vista a uma sociedade mais igualitária, sem estereótipos. A mesma autora argumenta que a inclusão em educação tem implícito o ato de relegar os discursos educacionais que excluem as diferenças. O sistema educacional tem de proporcionar iguais oportunidades para o desenvolvimento e para a formação individual de cada criança/adolescente, com práticas educativas que respeitem as necessidades dos alunos, as suas características individuais e as suas potencialidades de aprendizagem, garantindo-se, assim, a sua qualidade de vida e, a partir daí, uma perspectiva de igualdade social. (Freitas, 2011).

A cidadania, enquanto prática, possibilita que cada pessoa exerça os seus direitos como cidadã. A prática de cidadania varia desde a responsabilidade cívica à ação democrática e é a expressão ativa da responsabilidade de direitos de cidadania. Os direitos de cidadania são os instrumentos para uma cidadania ativa. (Inter-Agency Working Group on Children's Participation, 2018).

No contexto das sociedades contemporâneas, onde ocorrem múltiplas mudanças sociais, três termos ocorrem com um certo destaque: diversidade, pluralidade e diferença. (Freitas, & Araújo, 2016). Os mesmos autores referem também que se está perante vocábulos que têm ganho cada vez mais destaque nos discursos sociais. Passando pela linguagem dos professores em contexto de sala de aulas, terminando na produção de políticas públicas, essas expressões remetem para um novo paradigma social, centrado na valorização da diferença e da diversidade. (Barreto, Carrara, & Dacach, 2013; Leaper, & Brown, 2018).

O espaço escolar assume-se como um lugar singular para a criação e reprodução de saberes e de cultura. As discriminações de gênero, étnico-racial e de orientação sexual, bem a violência sexista, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social, com repercussões no desenvolvimento integral das crianças/adolescentes. O gênero tem as suas raízes na união de duas ideias fulcrais do pensamento ocidental moderno: a primeira refere-se à base material da identidade e o seu legado assenta na noção dominante na maioria das sociedades industrializadas de que a distinção entre masculino e feminino, numa grande parte dos seus aspetos fundamentais, era causada pelos fatores biológicos e por eles expressa; a segunda relaciona-se com a construção social do caráter humano. (Nunes, 2015).

As discussões sobre o constructo gênero são o resultado da tentativa de compreender as desigualdades entre homens e mulheres na cultura das sociedades ocidentais. Antes, os estudos davam primazia à condição social da mulher para perceber o porquê da desvalorização das tarefas das mulheres em detrimento às dos homens. Uma das explicações alicerçava-se na diferença biológica entre homens e mulheres. (Albernaz, & Longhi, 2009).

Todavia, não é a componente biológica que determina a divisão de atividades entre homens e mulheres, porque, se assim o fosse não seria possível uma variação tão grande no comportamento de homens e de mulheres nas diferentes sociedades. Alguns autores consideram gênero e sexualidade como dimensões divergentes, porém partes integrantes da identidade de cada pessoa, sendo produto dos efeitos do poder, transformando-se em conformidade com os valores sociais vigentes. (França, & Calsa, 2009). No contexto escolar, é importante que os agentes educativos se envolvam na problematização dos conceitos de gênero, possibilitando aos indivíduos a (des)construção e (re)construção de conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. (França, & Calsa, 2009).

A adaptação e aceitação da diversidade de gênero em crianças e adolescentes, bem como a vivência positiva de uma cidadania inclusiva, constituem temas prioritários de pesquisa para a promoção da saúde mental e prevenção do comportamento de risco nestas etapas do ciclo vital.

Do exposto, emerge como pertinente produzir informação diagnóstica sobre esta problemática. Assim, a equipa do projeto delimitou como pergunta orientadora da investigação, a seguinte: *Qual o nível de conhecimentos dos agentes educativos sobre cidadania e igualdade de género em crianças e adolescentes?*

Em consonância definiu-se como objetivo principal avaliar os conhecimentos dos agentes educativos sobre cidadania e igualdade de género em crianças e adolescentes.

1. MÉTODOS

Estudo de natureza quantitativa, descritivo e foco transversal, inserido no Projeto de Monitorização e Avaliação dos Indicadores de Saúde Mental das Crianças e Adolescentes: da Investigação à Prática “MaiSaúde Mental” em curso na Escola Superior de Saúde de Viseu, Portugal (Referência: Centro – 01-0145-FEDER-023293).

1.1 Participantes

A amostra é constituída por 136 participantes, gentes educativos, da saúde e da segurança da zona centro de Portugal continental, integrando professores (62,5%), enfermeiros da valência da saúde escolar (32,4%) e polícias da equipa *Escola Segura* (5,1%). Para seleção dos participantes aplicou-se uma técnica de amostragem não probabilística por conveniência, apurando-se uma amostra cujo perfil sociodemográfico e profissional revela integrar maioritariamente mulheres (70.6%), com idades compreendidas entre 31 e 62 anos e uma média de 48,34 anos (± 4.9), 72.8% residentes em meio rural; 70.6% possuem companheiro(a); 68.4% são licenciados; a média do tempo de serviço é de 24.33 anos ($\pm Dp = 7.19$) e 78.7% possuem contrato profissional com vínculo.

1.2 Instrumento de recolha de dados

O questionário da *ad hoc*: “Cidadania e Igualdade de Género em Crianças e Adolescentes (CIG-CA)” de Cunha (2017) é constituído por 2 escalas. Assim, a primeira contém 143 itens que se referem à educação inclusiva e linguagem; a segunda possui 5 itens que dizem respeito a exemplos de linguagem inclusiva, sendo ambas avaliadas 1 “Sim” e 0 (zero) “Não” e quanto mais alto o score mais elevado o nível de conhecimento. A segunda parte possui 11 itens, mensurados na forma 0 (zero) “Não” e 1 “Sim”.

O estudo da consistência interna confirmou alfas de *Cronbach*, muito bons, oscilando entre $\alpha=0,896$ e $\alpha=0,822$. O coeficiente de bipartição indica a existência de boa e muito boa consistência interna com um alfa de *Cronbach* para a primeira metade de 0,862 e para a segunda de 0,929, e um alfa global de 0,914. Apuraram-se dois fatores: Fator 1 – Tarefas domésticas (itens 1, 2, 3, 4 e 5); Fator 2 – Cuidar dos filhos (itens 6, 7, 8, 9, 10 e 11) e quanto mais alto o score mais elevado o nível de conhecimento.

1.3 Requisitos Legais

A concretização do estudo foi precedida do parecer favorável da Comissão de Ética n.º 24/2017 e da autorização dos dirigentes das instituições para recolha de dados. Foi assegurado aos participantes, após consentimento informado, confidencialidade sobre os dados obtidos e sobre a preservação do anonimato.

2. RESULTADOS

• *Conhecimento sobre cidadania e igualdade de género*

Os participantes revelaram possuir conhecimentos sobre linguagem inclusiva pontuando com percentagens mais elevadas nas designações, *O Ser Humano* 89.7% e *O (A) Professor(a)* 75,0% (cf. Tabela 1).

Tabela 1 - Avaliação do conhecimento sobre cidadania e igualdade de género.

Avaliação do conhecimento sobre cidadania e igualdade de género	Sim		Não	
	N	%	N	%
São exemplos de linguagem inclusiva os seguintes:				
O (A) Professor (a)	102	75.0	34	25.0
A (O) Professora (r)	93	68.4	43	31.6
O HOMEM	78	57.4	58	42.6
A Mulher e o Homem	99	72.8	37	27.2
O Ser Humano	122	89.7	14	10.3
Total	136	100.0	136	100.0

* Os resultados expressos em todas as tabelas resultaram do tratamento estatístico dos dados recolhidos junto dos participantes da amostra em 2018, na zona centro de Portugal continental, pelo que de modo a tornar o texto mais fluido se optou por omitir a fonte e o ano.

Na globalidade, há uma prevalência de bons conhecimentos sobre cidadania e igualdade de género (40,4%), seguindo-se o grupo dos razoáveis conhecimentos. As mulheres apresentam percentagens mais elevadas em todos os grupos de coorte/score (fracos conhecimentos 76,3% vs. razoáveis conhecimentos 31,6% vs. bons conhecimentos 70,9%). (cf. Tabela 2).

Relativamente aos grupos etários, são os participantes mais novos (≤ 44 anos) os que revelam fracos conhecimentos (42,1%). Com razoáveis conhecimentos estão mais representados os participantes mais velhos (≥ 55 anos), com uma representatividade de 44,2%, sendo também estes os que revelam maioritariamente bons conhecimentos (56,4%).

A análise dos valores percentuais mais elevados em função do estado civil, permite constatar que correspondem aos participantes com companheiro, designadamente: fracos conhecimentos (63,2%), razoáveis conhecimentos (74,4%) e bons conhecimentos (72,7%).

Em relação às habilitações literárias, verifica-se que são os participantes licenciados aqueles que manifestam fracos conhecimentos (63,2%), razoáveis conhecimentos (65,1%) e bons conhecimentos (47,5%).

São os participantes que residem em meio urbano que revelam fracos conhecimentos (52,6%), razoáveis (86,0%) e bons conhecimentos (76,4%), com relevância estatisticamente significativas ($\chi^2=11,967$; $p=0,003$), situadas entre os residentes em meio urbano e com razoáveis conhecimentos e os que vivem em zona rural com fracos conhecimentos.

O grupo profissional com fracos conhecimentos sobre cidadania e igualdade de género é o dos professores (52,6%), seguidos dos enfermeiros (44,7%). É no grupo de professores onde se registam também percentagens mais elevadas para os razoáveis conhecimentos (69,8%) e bons conhecimentos (63,65). (cf. Tabela 2).

Tabela 2. Relação entre nível de conhecimento sobre cidadania e igualdade de género e as variáveis sociodemográficas e profissionais.

Conhecimentos Variáveis	Fracos	Razoáveis	Bons	Total	Residuais			χ^2	p
	n(%) 38(27,9)	N (%) 43(31,6)	N (%) 55(40,4)	N (%) 136(100)	1	2	3		
Género									
Masculino	9(23,7)	15(34,9)	16(29,1)	40(29,4)	-0,9	1,0	-0,1	1,223	0,542
Feminino	29(76,3)	28(65,1)	39(70,9)	96(70,6)	0,9	-1,0	0,1		
Idade									
≤ 44 anos	16(42,1)	12(27,9)	9(16,4)	37(27,2)	2,4	0,1	-2,3	8,086	0,088
45 - 54 anos	9(23,7)	12(27,9)	15(27,3)	36(26,5)	-0,5	0,3	0,2		
≥ 55 anos	13(34,2)	19(44,2)	31(56,4)	63(46,3)	-1,8	-0,3	1,9		
Estado Civil									
Sem companheiro	14(36,8)	11(25,6)	15(27,3)	40(29,4)	1,2	-0,7	-0,5	1,436	0,488
Com companheiro	24(63,2)	32(74,4)	40(72,7)	96(70,6)	-1,2	0,7	0,5		
Habilitações Literárias									
$\leq 12^{\circ}$ ano	2(5,3)	0(0,0)	3(5,5)	5(3,7)	0,6	-1,5	0,9	5,001	0,287
Licenciatura	24(63,2)	28(65,1)	41(74,5)	93(68,4)	-0,8	-0,6	1,3		
Mestrado/doutoramento	12(31,6)	15(34,9)	11(20,0)	38(27,9)	0,6	1,2	-1,7		
Zona de Residência									
Urbana	20(52,6)	37(86,0)	42(76,4)	99(72,8)	-3,3	2,4	0,8	11,967	0,003
Rural	18(47,4)	6(14,0)	13(23,6)	37(27,2)	3,3	-2,4	-0,8		
Grupo Profissional									
Professor	20(52,6)	30(69,8)	35(63,6)	85(62,5)	-1,5	1,2	,2	9,865	0,043
Enfermeiro	17(44,7)	13(30,2)	14(25,5)	44(32,4)	1,9	-0,4	-1,4		
PSP	1(2,6)	0(0,0)	6(10,9)	7(5,1)	-0,8	-1,8	2,5		

• **Conhecimentos sobre a educação e linguagem inclusiva**

Com o propósito verificar o efeito explicativo das variáveis sociodemográficas e profissionais nos conhecimentos sobre a educação e linguagem inclusiva (cf. Tabela 3), procedeu-se à análise estatística dos dados, constatando-se o seguinte:

- os homens manifestam mais conhecimentos sobre educação e linguagem inclusiva do que as mulheres, tendo obtido um valor de ordenação média mais elevado;
- os agentes educativos com mais idade (≥ 55 anos) os que têm mais conhecimentos sobre a educação e linguagem inclusiva, secundados pelos que se situam na faixa etária dos 45-54 anos;
- os participantes residentes em meio urbano revelam mais conhecimento sobre educação e linguagem inclusiva ($p=0,027$);
- os participantes com companheiro manifestam mais conhecimento sobre linguagem e educação inclusiva;
- os agentes policiais são os que apresentam mais conhecimento sobre educação e linguagem inclusiva, seguidos dos professores;
- os participantes com manifestação de mais conhecimento sobre educação e linguagem inclusiva são os licenciados, tendo obtido também os que possuem $\leq 12.^\circ$ ano de escolaridade um valor de ordenação média muito próximo.

Tabela 3. Relação entre conhecimentos sobre a educação e linguagem inclusiva e as variáveis sociodemográficas.

Variáveis	Conhecimentos sobre a educação e linguagem inclusiva	\bar{X} (DP) / Mean Rank	Teste	p
Género				
Masculino	40	70,61	U Mann-Whitney 1835,500	0,683
Feminino	96	67,72		
Grupo Etário			ANOVA 2,450	0,090
≤ 44 anos	37	7,95 (2,09)		
45-54 anos	36	8,83 (2,13)		
≥ 55 anos	63	8,87 (2,17)		
Estado Civil			U Mann-Whitney 1842,500	0,708
Sem companheiro	40	66,56		
Com companheiro	96	69,31		
Habilitações Literárias			Kruskal-Wallis 2,515	0,284
≤ 12º ano	5	71,70		
Licenciatura	93	71,81		
Mestrado/doutoramento	38	59,99		
Zona de Residência			U Mann-Whitney 1385,000	0,027
Urbana	99	73,01		
Rural	37	56,43		
Grupo Profissional			Kruskal-Wallis 5,666	0,059
Professor	85	70,19		
Enfermeiro	44	60,69		
PSP	7	97,0		

• **Conhecimentos sobre cidadania e igualdade de género em crianças e adolescentes**

A tabela 4 apresenta os resultados da relação entre os conhecimentos sobre cidadania e igualdade de género em crianças e adolescentes nos fatores “tarefas domésticas” e “cuidar dos filhos” e as variáveis sociodemográficas e profissionais, verifica-se o seguinte:

- os valores de ordenação média mais elevados correspondem aos participantes do género feminino, com maior evidência para as tarefas domésticas;
- os valores médios mais elevados correspondem aos participantes mais novos (≤44 anos), com uma pontuação máxima nos conhecimentos acerca da cidadania e igualdade de género no Fator 2 - cuidar dos filhos;
- os participantes sem companheiro pontuaram mais em todos os fatores, com maior destaque para o Fator 1 – Tarefas domésticas, sugerindo mais conhecimentos em cidadania e igualdade de género em crianças e adolescentes a este nível;
- os enfermeiros apresentam mais conhecimentos no que se refere à cidadania e igualdade de género em relação às tarefas domésticas e os professores face ao cuidar dos filhos;
- os valores de ordenação média mais elevados correspondem residentes no meio rural em todos os fatores, com mais evidência no Fator 2 - Cuidar dos filhos;
- os agentes educativos com mestrado/doutoramento manifestam mais conhecimento sobre cidadania e igualdade de género, tendo pontuado mais nas tarefas domésticas e no cuidar dos filhos.

Tabela 4 - Relação conhecimentos sobre cidadania e igualdade de género e as variáveis sociodemográficas.

Variáveis	Conhecimentos cidadania e igualdade	N	Fator 1 - Tarefas domésticas \bar{X} (DP) / Mean Rank	Fator 2 - Cuidar dos filhos \bar{X} (DP) / Mean Rank	Fator global \bar{X} (DP) / Mean Rank
Género					
Masculino		40	63,84	67,58	63,89
Feminino		96	69,75	68,89	69,73
Teste Mann-Whitney			1733,500	1883,000	1735,500
p			0,104	0,588	0,108
Grupo Etário					
≤ 44 anos		37	99,45 (3,28)	100,00 (0,00)	99,75 (1,49)
45-54 anos		36	95,00 (19,34)	97,22 (16,66)	96,21 (17,16)
≥ 55 anos		63	94,19 (18,60)	98,14 (9,03)	96,33 (11,80)
Teste ANOVA			1,294	0,699	1,127
p			0,278	0,514	0,327

Conhecimentos cidadania e igualdade	N	Fator 1 - Tarefas domésticas	Fator 2 - Cuidar dos filhos	Fator global
Variáveis		\bar{X} (DP) / Mean Rank	\bar{X} (DP) / Mean Rank	\bar{X} (DP) / Mean Rank
Estado Civil				
Sem companheiro	40	70,53	69,28	70,48
Com companheiro	96	66,94	68,18	66,96
Teste Mann-Whitney		1799,000	1889,000	1801,000
p		0,324	0,650	0,334
Habilitações Literárias				
<= 12º ano	5	48,20	57,60	47,90
Licenciatura	93	68,05	68,06	68,05
Mestrado/doutoramento	38	70,47	71,00	70,51
Teste Kruskal-Wallis		5,884	5,146	6,064
p		0,053	0,076	0,048
Zona de Residência				
Urbana	99	68,52	69,63	68,53
Rural	37	66,64	65,49	66,59
Teste Mann-Whitney		1762,500	1720,000	1761,000
p		0,614	0,094	0,603
Grupo Profissional				
Professor	85	67,64	69,39	67,68
Enfermeiro	44	70,81	67,91	70,76
PSP	7	52,50	61,43	52,25
Teste Kruskal-Wallis		4,827	2,621	4,916
p		0,089	0,270	0,086

3. DISCUSSÃO

Numa amostra constituída por 136 participantes, professores (62,5%), enfermeiros (32,4%) e polícias (5,1%), com idades entre os 31 e 62 anos e uma média de idades de 48,34 anos ($\pm 7,49$ anos), sendo maioritariamente do género feminino (70,6%), apurou-se que as percentagens mais elevadas correspondem aos participantes que referem ter conhecimento sobre cidadania e igualdade de género no que se refere à linguagem inclusiva, (o ser humano 89,7% vs. o(a) professor(a) 75,0%). Na globalidade, há uma prevalência de bons conhecimentos (40,4%), seguindo-se os razoáveis conhecimentos sobre cidadania e igualdade de género.

Constatou-se que os agentes educativos do género masculino, com mais idade (≥ 55 anos) residentes em meio urbano, com companheiro, os agentes policiais e os licenciados manifestam mais conhecimentos sobre educação e linguagem inclusiva. Todavia, são os agentes educativos do género feminino que revelam mais conhecimento sobre cidadania e igualdade de género, com maior evidência para as tarefas domésticas, os participantes mais novos (≤ 44 anos) relatam mais conhecimentos sobre cidadania e igualdade de género no que se refere a cuidar dos filhos, bem como os residentes no meio rural e os professores. Os participantes sem companheiro e os enfermeiros destacam-se mais nos conhecimentos em cidadania e igualdade de género em crianças e adolescentes ao nível das tarefas domésticas. Os agentes educativos com mestrado/doutoramento manifestam mais conhecimento sobre cidadania e igualdade de género, tendo pontuado mais nas tarefas domésticas e no cuidar dos filhos.

Estes resultados revelam que os participantes têm conhecimentos sobre igualdade de género e cidadania em crianças e adolescentes, o que reforça o pressuposto que a construção social do sexo e do género é defendida por teóricos que refutam a existência de uma base biológica nas diferenças de género. Essas identidades surgem em consonância com as diferenças de sexo percebidas na sociedade e que contribuem para dar forma a essas diferenças. A distinção entre sexo e género atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, as questões do género são culturalmente construídas. (Nunes, 2015).

Os resultados permitiram reconhecer um foco de interesse para a intervenção dos enfermeiros no âmbito do *projecto MaiSaúdeMental*, e para a definição de estratégias para a promoção da cidadania das crianças / adolescentes no contexto escolar e comunitário, mobilizando os recursos dos agentes de formação para uma vida mais inclusiva e saudável. Contudo, os resultados têm que ser analisados ponderando as limitações, quer resultantes do número limitado de crianças/adolescentes estudados, s das características não aleatórias da amostra, quer do carácter transversal do estudo. Estes factos limitam impõem que inferências produzidas devem ser entendidas como um contributo para melhor compreender a problemática da cidadania e igualdade de género das crianças e adolescentes no contexto da cultura escolar portuguesa.

CONCLUSÕES

A ação do profissional de enfermagem no contexto da saúde escolar torna-o pivô da intervenção da equipa multidisciplinar no contexto da educação inclusiva. Assim, o facto dos enfermeiros pontuaram com melhores conhecimentos ($p=0,048$), acentua de forma sinérgica a sua relevância social.

O género, zona de residência, área de exercício profissional, habilitações literárias dos mesmos e tempo de serviço revelaram-se preditores do nível de conhecimentos dos agentes educativos, pelo que estas variáveis devem ser consideradas quando se planeiam intervenções de formação contínua com foco neste grupo populacional.

Integrando este estudo um projeto mais amplo de intervenção em contexto escolar, revela grande pertinência ao pretender atuar na escola, contexto com um papel importante na capacitação da criança e dos adolescentes e promoção dos fatores protetores que estes já possuem, preenchendo e ampliando as condições que não estão completas ou, ainda, construindo esses fatores, contribuindo, dessa forma, para constructos que promovam a cidadania e igualdade de género. É também importante fornecer competências aos pais, professores, agentes policiais e enfermeiros sobre os recursos que podem ser mobilizados e promover resultados positivos, sobretudo em ambientes adversos ao desenvolvimento de uma igualdade de género e direitos de cidadania.

Considera-se que será uma mais-valia promover ao nível de saúde escolar encontros orientados pelos enfermeiros em articulação com os restantes agentes educativos com foco nas crianças / adolescentes e seus pais, de modo a potenciar estratégias facilitadoras da igualdade de género e cidadania, enquanto fatores protetores da saúde mental deste grupo populacional.

Os resultados obtidos apesar de circunscritos a um pequeno grupo de participantes, constituem um contributo exploratório para o desenvolvimento do conhecimento científico sobre a problemática da cidadania e igualdade de género em crianças e adolescentes.

Revelam ainda ser importante atuar nos diversos contextos da vida da criança / adolescente, nomeadamente na escola e ao nível da saúde comunitária, por forma a abolir mitos e crenças associados ao género, promovendo por essa via a saúde mental das crianças e adolescentes e a saúde das gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albernaz, L.S.F., & Longhi, M. (2009). Para compreender gênero: uma ponte para reflexões igualitárias entre homens e mulheres. In Scott P. Lewis L. Quadros MT. Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Publicações Especiais do Programa de Pós Graduação em Antropologia – FAGES. Universidade Federal de Pernambuco.
- Barreto, A., Carrara, S, & Dacach, S. (2013). Gênero e diversidade na escola: trajetórias e repercussões de uma política pública inovadora. Rio de Janeiro: Cepesc.
- Bucchianeri, M.M., Eisenberg, M.E., & Neumark-Sztainer, D. (2013). Weightism, racism, classism, and sexism: Shared forms of harassment in adolescents. *Journal of Adolescent Health*, 53, 47–53. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.01.006>
- França, F.F., & Calsa, G.C. (2009). Reflexões e reconstruções sobre o conceito de gênero: um trabalho de intervenção com docentes. Seminário de Pesquisa do PPE realizado nos dias 08 e 09 de junho de 2009 na Universidade Estadual de Maringá. Acedido em http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2009_20.pdf
- Freitas, N.F. (2011). Educação inclusiva e cidadania: aproximações e contradições. *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos, SP: UFSCar. 5 (1), 40-56. Acedido em <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/156>
- Freitas, A.C., & Araújo, A.F. (2016). Cidadania e inclusão: desafios para a formação docente. *Extensio: R. Eletr. de Extensão*, 13 (24), 128-137. Florianópolis. ISSN 1807-0221
- Inter-Agency Working Group on Children's Participation (2018). Children as active citizens commitments and obligations for children's civil rights and civic engagement in east asia and the pacific a policy and programme guide. Inter-Agency Working Group on Children's Participation (IAWGCP). ISBN: 978-974-685-090-2. Acedido em https://www.unicef.org/eapro/Children_as_Active_Citizens_A4_book.pdf
- Leaper, C., & Brown, C.S. (2018). Sexism in Childhood and Adolescence: Recent Trends and Advances in Research. (10): 10-15. Acedido em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/cdep.12247>
- Nunes, E.M. (2015). Gênero e Diversidade na Escola: limites e possibilidades na formação de professores/as. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Acedido em <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1884/1/Ednalva%20Macedo%20Nunes.pdf>
- Vieira, C., Nogueira, C., & Tavares, T.C. (2009). Gênero e Cidadania. Guia de educação, género e cidadania. Acedido em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/pre_cap1_1.pdf